

REVISTA TERRA SEM AMOS

2675-3642 (impressa) | 2675-3650 (online)
Ano I, n. 02 | terrasemamos.wordpress.com

DOSSIÊ:

NECRO POLÍTICA

AMÉRICA LATINA



SOBRE A REVISTA

A Revista “Terra sem Amos” é uma produção da Editora Terra sem Amos, de periodicidade quadrimestral, apresentada de forma impressa e on-line, que surge na tentativa de criar um espaço de articulação, troca de informações e debate entre indivíduos e organizações autônomas de todo o mundo. Dedicará suas páginas para destacar o pensamento insurgente e suas práticas derivadas, tais como: teoria política crítica, socialismo, anarquismo, marxismo, confederalismo democrático e outros; antifascismo, antirracismo, antipatriarcalismo, internacionalismo, anticapitalismo; experiências de autogoverno, insurreições, greves, motins e revoluções, dentre outros.

CONSELHO CONSULTIVO

Alexandre Wellington dos Santos Silva

Francisco Raphael Cruz Maurício

Iara Saraiva Martins

Jessica Ellen da Rocha Silva

Priscila Greyce do Amaral Gomes

Selmo Nascimento da Silva

ISSN

2675-3642 impresso

2675-3650 online


www.terrasemamos.wordpress.com

tsa.editora@gmail.com

CONHECIMENTOS INDÍGENAS, AUTONOMIAS E LUTAS ANTI- COLONIAIS KAIOWÁ E GUARANI CONTRA A NECROPOLÍTICA E O AGRONEGÓCIO

Elemir S. Martins

Gislaine C. Monfort

Laura J. Gislotti

Opu'ã Ko'a Oremba'e Yvy: retomada dos territórios originários e recomposição dos nutrientes da “terra- floresta”

Era uma alegria para mim viver bem. Hoje em dia as plantações não são mais como antigamente porque não tem mais mata. Com isso, as plantações não são mais produtivas, os brancos tiraram a nossa mata (NHANDERU JORGE).

(...) onde os brancos comeram toda a floresta, eles mesmos acabam sofrendo de calor, de fome e de sede (...). Nos lugares onde os brancos ocuparam (...) só restam descampados e uma terra sem sopro de vida. Mas isso não vai acontecer com a nossa floresta enquanto vivermos nela (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 420 e 434).

A relação respeitosa do meu povo para com a terra, a fauna e a flora é uma expressão do modo de vida kaiowá. (...); é o agronegócio que invadiu nossos territórios sagrados. Para nós, um grande flagelo é o biocombustível, o etanol, produzido em nosso território, como sangue que jorra de nossas veias e que inunda a terra kaiowá. Meu colega rite contou que, para os a'uwe, a floresta precisa dos a'uwe e os a'uwe precisam da floresta; assim, eles irão fazer a floresta reviver para continuar no território que lhes foi roubado e ocupado pelos não-indígenas. Essa é a luta dos povos indígenas (VERON, 2018, p. 16)

Neste início do século XXI, os anos de governo da esquerda institucional, vulgo “setores progressistas”, demonstraram o aprofundamento da matriz monocultural, latifundiária, primário-exportadora e a usurpação dos territórios ancestrais dos povos originários no Brasil. Mais de uma década de conciliação de classes, de intensificação do agronegócio, dos megaprojetos e de militarização das periferias levaram ao abismo do atual governo genocida/nazi-fascista. Os erros/fracassos da esquerda institucional demonstraram uma vez mais a impossibilidade de transformação social e libertação dos povos e territórios dentro do Estado e das vias hierárquicas-burocráticas. De fato, não será disputando cargos entre os poderes do Estado que conquistaremos nossa libertação e autonomia.

A expansão das fronteiras colonialistas, das invasões aos territórios originários, o intenso avanço da contaminação de solos e rios de forma irreversível e os espaços de morte causados pelo agronegócio e os megaprojetos são faces do necropoder do Estado que intensificam a acumulação por espoliação por séculos (SHIVA, 2003). A noção de necropoder deve ser compreendido aqui a partir do terrorismo de Estado em que a generalização indiferenciada e banalização da morte, a precarização territorial, a degradação ambiental e o genocídio marcam o regime constitutivo do poder (MBEMBE, 2018).

No entanto, a resistência secular dos povos originários, que aduba as lutas ancestrais e anticoloniais, nos demonstram outros caminhos possíveis contra as constantes quedas do céu, a necropolítica, os territórios minados e corporativos, promovidos pela ignorância do “povo da mercadoria” e pelo *karai reko* (modo de vida dos brancos, segundo os *kaiowá* e *guarani*) (KOPENAWA e ALBERT, 2015).

No sul do estado de Mato Grosso do Sul as lutas anticoloniais germinam no seio da organização política dos *kaiowá* e *guarani* em diversos contextos territoriais e através de movimentos étnico-socioterritoriais como os conselhos tradicionais *Aty Guasu*, *Kunhangue Aty Guasu* e *Retomada Aty Jovem* (RAJ) (BENITES, 2012). Conforme Martins (2015) os conselhos possuem participação direta e ativa dos *nhanderu* e *nhandesy*¹, bem como de diferentes gerações, nos processos de auto-organização e retomada dos territórios.

1 lideranças político espirituais.

Processo político-organizativo que se alicerçam nas territorialidades kaiowá e guarani com a *yvy porã* (terra boa) e o *ka'aguyrusu* (mata) (VALIENTE, 2019; BENITES, 2020), com eixos estratégicos que pautam a recuperação dos territórios ancestrais e novas relações ecológicas para reapropriação da natureza e das dimensões cosmológicas, frente à descaracterização do território pelo colonialismo, pelas guerras de distintas intensidades, pelo monopólio da terra, pela exploração do trabalho e a usurpação do conhecimento ancestral desde o século XIX até a contemporaneidade (BENITES, 2020).

As políticas indigenistas de Estado do século XX condicionaram o amplo processo de instabilidade e precarização territorial das coletividades em pequenas “ilhas de terra” com média de 3600 hectares como Reservas Indígenas, que se configuraram através do deslocamento forçado, extrema violência e etnocídio contra os povos (MARTINS, 2020). Nesse mesmo período intensifica-se o aumento do desmatamento e a degradação ambiental para o avanço das relações coloniais-imperialistas com os latifúndios e posteriormente da agroindústria. A usurpação dos territórios originários por séculos de ocupação colonialista e diversas formas de violência simbólica, tem como efeito, a falta de medicina e remédios tradicionais que agravam os cuidados coletivos dos rezadores guarani e kaiowá (MARTINS, 2020).

Atualmente o Mato Grosso do Sul junto a outros estados da região centro-oeste concentram mais de 80%² de territórios corporativos, concentrados principalmente na monocultura de soja e milho transgênicos, cana-de-açúcar, pecuária e outros setores econômicos como os serviços e a indústria. Setores que potencializam a superexploração do trabalho e a proletarização marginalizada sobretudo de indígenas as usinas, cortes de cana e complexos industriais em condições de degradação sistêmica do trabalho (VALIENTE, 2019).

Superexploração da vida, da terra e do trabalho que se acentuou nesse período de pandemia da COVID-19 doença causada pelo coronavírus (Sars-Cov-2), cuja expansão é efeito da crise colonial-imperialista e da degradação ecológica fomentadas pelos brancos há 520 anos. Os primeiros³ casos de contágio entre os povos indígenas no Mato Grosso do Sul foram de moradores da Reserva Indígena de Dourados e em seguida da *Te'yí kue*, que

2 <https://tinyurl.com/yxbxh6cq>

3 <https://tinyurl.com/y3meny36>

trabalham na Seara Alimentos Ltda. (JBS), na BRF S.A. (fusão entre Sadia e Perdigão) e na Raízen (fusão Cosan-Shell e antiga Nova América) do setor sucroenergético e que incide sobre a Terra Indígena *Guyraroká*. De fato, os frigoríficos e as usinas foram o epicentro de propagação do vírus também em outros municípios do país.

A nova pandemia, após 100 anos da última, evidenciou outras faces do necropoder como a fragilidade e instabilidade socioecológica dos sistemas alimentares das agroindústrias que só promovem escassez generalizada e vulnerabilidades através da destruição dos ecossistemas-territórios.

Frente ao avanço da pandemia e da necropolítica, os coletivos kaiowá e guarani fortalecem a auto-organização com mais de 73 barreiras sanitárias e redes de apoio mútuo construídas em distintos contextos territoriais e que atuam para diminuir a disseminação do vírus e compartilhar o cuidado mútuo entre as comunidades. Essas ações políticas e processos de auto-organização nas barreiras sanitárias estão sendo compostas por professores/as kaiowá e guarani, estudantes, conselheiras/os e *moradoras/es* (MARTINS, 2020). Com importante participação da juventude e sobretudo das mulheres, que de fato, vem sendo o front das barreiras e da saúde indígena.

A auto-organização e o fortalecimento das autonomias territoriais durante o período da pandemia, é fruto de um processo mais amplo da luta por retomar os tekoha, as relações espirituais e ecológicas com todos os seres vivos, sobretudo com os jara (guardiões da floresta e dos seres vivos/seres protetores malfazejos e benfazejos). O processo de desterritorialização dos povos com o necropoder, a agroindústria e a ideia de “progresso” do karai reko, também representou a desterritorialização dos jara e a intensificação da extrema violência contra os povos que não se separam da terra e que combatem a noção de natureza separada dos humanos.

Mesmo diante da intensa reestruturação territorial e transformações no manejo social da paisagem, a força dos jara são cultivadas pelos nhanderu e nahndesy através dos cantos e rezas sagradas (como o canto do pássaro – guardião das almas) e são como sementes que alimentam a esperança e fazem germinar caminhos e territorialidades de resistência na luta para retomar a terra e a floresta. A dimensão da política ancestral se opõe aos problemas históricos causados pela diminuição dos elementos da flora, da

fauna, das relações com o ecossistema e da diminuição dos jara. E fazem insurgir narrativas e ações anticoloniais com novos processos de resistência.

Um pluriverso de resistência secular, conhecimento e luta ancestral defendido diante da tirania dos megaprojetos colonialistas e capitalistas que assolam o mundo. Para além de serem justas e dignas, as lutas e processos de autodemarcação, são narrativas e ações anticoloniais que representam territorialidades constituídas a partir da organização política de diferentes gerações. O que tem impulsionado a criação de outros espaços de auto-organização elementares para o caráter das territorialidades autônomas e dos territórios de resistência.

Contra a desastrosa barbárie do “povo da mercadoria” os kaiowá e guarani avançam na organização da luta em diferentes contextos territoriais e expandem as ‘retomadas’ das terras ancestrais contra o colonialismo, o patriarcado, o Estado e o capitalismo que sustentam o agro-indústria-extratativismo. A luta pelo tekoha e por autonomia territorial é o que torna possível a recomposição dos nutrientes da terra, a recuperação da vegetação nativa e do microclima local. Ao longo dos anos e através da presença dos povos e manejo dos territórios e ecossistema, a terra voltará a ter equilíbrio e sensibilidade permitindo que os fluxos de energia sejam realidade outra vez (BENITES, 2020).

Conclusão

Contra a expansão da precarização territorial e dos espaços de morte causados pelo agronegócio, insurge entre os kaiowá e guarani, novas experiências de auto-organização comunitária e intercomunitária com novas estratégias de recuperação do território e da floresta. Essas insurgências e novos processos político-organizativos apresentam novos horizontes para as atuais lutas anticoloniais e populares, e são ações políticas que potencializam caminhos possíveis nas lutas por libertação de todos os povos oprimidos do mundo e pela construção da autogestão territorial.

Por fim, compartilhamos nosso respeito, admiração, solidariedade e profundo aprendizado com as lutas dos kaiowá e guarani na retomada dos territórios, na organização política e na construção de um mundo novo. Seguimos firmes e lado à lado por terra e liberdade.

Referências

BENITES, Eliel. Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta". Revista Nera, Dossiê, v. 23, n. 52, pp. 19-38, 2020.

BENITES, T. Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais tekoha guasu. Revista de Antropologia da UFSCar, São Carlos, n.2, p.165-174, 2012.

KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. 2015. A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami. São Paulo, Tradução de Beatriz Perrone-Moisés, Companhia das Letras.

MARTINS, Elemir Soare. O papel das lideranças tradicionais na demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowá. Tellus, n. 29, p. 153-172, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo, N-1edições, 2018.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

VALIENTE, Celuniel Aquino. Modos de produção de coletivos Kaiowá na situação atual da Reserva Indígena de Amambai, MS. Dissertação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

VERON, Valdelice. Tekombo'e kunhakoty: modo de viver da mulher kaiowá. Centro de desenvolvimento sustentável (dissertação de mestrado). Mestrado profissional em sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais. Universidade de Brasília, 2018.

Resumo: A necro-economia/necropolítica do Estado e a racionalidade configurada pela globalização neoliberal associada ao colonialismo e imperialismo no século XXI constituem o aprofundamento dos saques à diversidade de territórios dos povos originários, cujos efeitos são desastrosos e se materializam em diversos aspectos da dinâmica da usurpação de terras, seja pelo avanço das crises hídricas, pela perda da biodiversidade, de ecossistemas, pela expansão de megaprojetos ou pelo aumento de epidemias e pandemias. A desastrosa territorialidade estatal e as políticas do Capital modificam, submetem e soterram com enorme rapidez e voracidade irracional, ecossistemas inteiros, paisagens diversas e ambientes. Compartilhamos aqui algumas palavras sobre a importância de as lutas populares buscarem e aprenderem com os horizontes das lutas ancestrais e anticoloniais dos povos indígenas. Neste contexto, discutimos sobre novas experiências de auto-organização comunitária e intercomunitária dos povos kaiowá e guarani, contra a expansão da precarização territorial e dos espaços de morte causados pelo agronegócio, através da retomada e recuperação do território tradicional. As retomadas são compostas pela dimensão de uma narrativa anticolonial, bem como de práticas de resistências, fundamentadas nas ações coletivas e autônomas, que visam recuperar o território roubado e violentado, para transformá-lo em um território equilibrado e cheio de vida e caminhos.

Palavras-chave: anticolonial, guarani, kaiowá.

Momyky: Pe Tetã política ha economía oporohundipáva, ha pe sãsokeko pyahu rérape oñangarapáva, colonia pu'aka ou jeyv ko S. XXI-pe oporomondapa vévo ha omoperõ Ava Rekoha. Oñangarapa Tekoha Ypykuéra ñangarekopy oipota potavé-gui yvy ha ysyry ojeupe kuéra guarã año. Ko'ãga jahechakuaa mba'éichapa ombya-ípa ha oitypa ka'aguy oĩmiva guive ha omongy'apa ysyry. Ko'ã aporeko ogueru heta mba'asyvai, ojejukapa rupi mymba mimi ha ojehapapypa ka'aguy, ndakatuveí ñane pytuhẽ porã. Pe Tetã (estado) omboja'õ hekope'ỹ Tekoha, omono'õ heta hetavévo viru, omomyryry ka'aguy guasu, ava ha mymba rayty porãite. Ja'e voi hese kuéra oiménepa oĩ porã hikuái iñakãme, peichaite oñembosarái ñande Rekoha guasúre, péva ndahekovia mo'ãi araka'eve. Ko'ápe romombe'umíta mbykymi mba'éichapa ypykuéra oñorairõ ombohováí haguã colonizador aporeko oporohundipáva

Ñe'e apyterete: anticolonial ñembotove, guarani, Kaiowá